

MONITORIA NAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA JURÍDICA E ANTROPOLOGIA JURÍDICA

AGHATE CECÍLIA JAHN DOS SANTOS¹;

MARILIS LEMOS DE ALMEIDA²:

¹Universidade Federal de Pelotas – aghate14dossantos123@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – marilis_almeida@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar a experiência de monitoria nas disciplinas de Sociologia Jurídica e Antropologia Jurídica, ambas oferecidas no curso de Direito da UFPEL. O programa de monitoria estabelecida no sistema educacional da Universidade Federal de Pelotas mediante a resolução nº32, de 11 de outubro de 2018, do COCEPE (Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão), objetiva, segundo o Art.1º incisos I, II e III– I. a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem atuando prioritariamente no combate à reprovação, à retenção e à evasão... II. o desenvolvimento de abordagens didático pedagógicas inovadoras... III. a inserção do discente monitor nas atividades curriculares da monitoria, contribuindo para a formação acadêmico-profissional do aluno (UFPEL, 2018). Dessa forma, segundo FRISON (2016), ao historiografar a monitoria, afirma ser um método de ampliação e fortificação do ensino, ao se consolidar como um saber num sentido “mútuo”, de aluno para aluno, do mesmo modo onde a figura do monitor se mostra voltada como instrumento de controle do ensino para o professor.

O início da vida acadêmica, especialmente o primeiro ano, envolve uma série de novos aprendizados e rupturas. As rupturas com o ensino médio, o afastamento dos laços de amizade constituídos ao longo de trajetórias acadêmicas pregressas, ao qual se soma, muitas vezes, o afastamento das famílias, quando os alunos vêm de outras cidades. Mas também há importantes rupturas em relação às formas de aprendizado e estudo incorporadas até então.

Este tempo é denominado por COULON (2008) de “tempo de estranhamento”. É o processo de entrada do estudante em um universo desconhecido, cujas instituições rompem com o mundo familiar que ele acabara de deixar. É preciso se habituar ao novo contexto, novas regras e com a autonomia decorrente das rupturas com o ambiente familiar.

Além do tempo de estranhamento, COULON (2008) identifica duas outras fases, presentes no processo de passagem de um status social para outro: o tempo de aprendizagem e o tempo de afiliação.

No tempo de aprendizagem é como se o estudante se encontrasse entre dois universos, ainda carregando características do status anterior, a tempo em que passa pela assimilação de novos conhecimentos e habilidades necessárias para afiliação.

“(...) frequentemente vivido de forma dolorosa, repleto de dúvidas, incertezas e ansiedades. O estudante não conhece mais a familiaridade de seu passado escolar e ainda não tem um futuro universitário ou profissional: ele está entre os dois. Uma aprendizagem complexa deve se realizar rapidamente pois ela condiciona a continuidade de seus estudos”. (COULON, 2017, p. 1246).

Os novos aprendizados implicam inserir-se em um novo universo, o da Universidade. Neste espaço os alunos deve aprender a lidar com outros códigos simbólicos, dominar as regras do fazer e pensar científico, o que inclui (re)aprender como estudar, ler e interpretar conteúdos, como interagir e se colocar diante dos colegas e professores, desenvolver novas formas de apropriação do saber e até estabelecer novas redes de relações profissionais e afetivas no espaço acadêmico. Há que se ressaltar a importância de estabelecer de relações com colegas de curso, que apresentam percursos e vivências similares, bem como com os estudantes mais antigos na universidade, capazes de auxiliá-los na compreensão do mundo acadêmico e no entendimento das regras e códigos implícitos, os quais são decisivos neste aprendizado.

Enfim, trata-se da interiorização do habitus científico, no sentido bourdiesiano: “(...) de esquemas de percepção, de apreciação e de ação. Um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos ao longo do tempo que nos permite perceber, agir e evoluir com naturalidade num universo social dado.” (BOURDIEU, 1998)

Por fim, vem o tempo de afiliação. COULON (2008) trata a afiliação de duas formas: a institucional e a intelectual. A afiliação institucional se caracteriza pelo manejo competente das regras e códigos, domínio da temporalidade exigida na mobilização dessas regras. A afiliação intelectual trata de assimilar as competências e habilidades exigidas no ofício de estudante. A exibição dessas habilidades vai além das avaliações formais a qual são submetidos, mas trata-se também de avaliações informais de professores e colegas como seriedade, inteligência prática (“saber se virar”), expressão oral e escrita, saber utilizar referências teóricas.

Neste processo, a presença de monitores permite estabelecer uma rede de apoio aos estudantes, extremamente valiosa especialmente para os ingressantes, para os quais ministram as disciplinas de Antropologia e Sociologia. A existência de alunos com perfis diversos no curso de Direito, oriundo de diferentes estratos sociais, torna o acompanhamento ativo e o suporte fornecido aos estudantes imprescindíveis para a permanência dos mesmos.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o período da monitoria, dois eixos de atuação foram desenvolvidos, o primeiro consistiu nas atividades de monitoria, propriamente dita e, o segundo, na aplicação de um questionário com vistas a fazer um diagnóstico sobre a condição estudantil dos alunos da Faculdade de Direito. Este questionário foi elaborado por um grupo de professores do Curso de Direito e, neste artigo, apresento os primeiros resultados parciais do mesmo.

Em relação à monitoria, primeiramente e após entrar em contato com os alunos, organizei dois grupos no *Whatsapp*, referentes a T1, turma da manhã com 29 alunos membros do grupo (de 71 alunos no total), e a T2, turma da noite com 47 alunos membros do grupo (de 69 alunos no total), assim mantendo-se como nossa principal fonte de contato, ou por mensagens no grupo ou privadas— quanto a dúvidas a serem esclarecidas. Consoante, foi efetuado um questionário via *Google Forms*, para identificar as disponibilidades semanais dos alunos, idem, os horários que melhor lhes convinha, e as dificuldades que encontravam. Dessa forma, o questionário intitulado como “Manifestação de interesse - Monitoria Socio/Antropo” continha 6 perguntas: nome; turma, T1 ou T2; disponibilidade semanal, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado; turno disponível, manhã ou tarde, horários, 09h, 10h, 11h, 14h, 15h, 16h, 17h e 18h e “Há

algum conteúdo/tema que você tenha mais dificuldade ou que necessite ser mais explorado?– a resposta dessa pergunta era opcional e conteve o total de 9 respostas. Contendo, em geral, 4 respostas dos membros da T1 e 13 respostas dos membros da T2.

Portanto, a prática da monitoria se dá na atuação dos encontros extra-turnos, presenciais, que são requeridos pelos alunos anteriormente à avaliação, sendo previamente marcadas via *Whatsapp*. Além de acompanhar as atividades curriculares mediante a participação em aula, estudando do material trabalhado me orientando com uma leitura guiada por fichamentos e anotações. Esses materiais são disponibilizados aos alunos, após o encontro extra-turno, , com o objetivo de destacar os principais pontos do conteúdo a ser trabalhado, já que alguns encontram-se perdidos na matéria ou desorientados.

Em relação ao questionário, sobre a condição estudantil dos alunos da Faculdade de Direito, o mesmo teve por objetivo identificar: perfil sócio-econômico dos estudantes; condições, motivações para ingresso no curso de direito e experiência estudantil; risco de evasão e dificuldades para a permanência e, por fim, uma avaliação de pontos positivos e negativos relacionados ao curso. Alguns resultados podem ser destacados no questionário, que ainda se encontra em fase de respostas, contando até o momento com apenas 36 respondentes. Destarte, frente ao perfil dos estudantes, quando perguntado o tipo de escola qual foi cursado o ensino médio destaca-se que 66,7% dos respondentes estudaram somente em escolas públicas, enquanto 27,8% apenas em escolas particulares. Além disso, consoante ao perfil sócio-econômico dos estudantes em relação a atividades de trabalho, 25% classificam-se ocupados com estágios, 19,4% classificam-se como trabalhadores de tempo integral, 30,6% não-trabalhor mas com procura e 13,9% não-trabalhor e sem procura, dessa forma apenas 16,7% assinalaram não serem sustentados pela família.

Quanto relacionado a sua experiência no curso, quando perguntado “Quantas horas, em média, você estuda por semana para as disciplinas da Faculdade (além do tempo de aula)?” ressalta-se que 13,8% responderam não conseguir se dedicar aos estudos além das aulas, enquanto 30,6% estudam até duas horas, 36,1% estudam de duas a 5 horas e 19,4% estudam mais de 5 horas, a respeito do do acesso ao material de estudo o meio eletrônico levou um grande destaque, sendo a maior via de acesso, abrangendo 80,6% dos perguntados. Os dados que concernem o desempenho, demonstram que 25% dos perguntados já reprovaram em alguma disciplina– apontando como principal motivo: 44,4% dificuldade do conteúdo, 33,3% didática do professor, 22,2% falta de tempo para estudar o conteúdo e 11,1% desinteresse pelo tema– já quando questionado como se autoavaliavam, 38,9% consideraram-se médios, 11,1% como regulares, 41,7% como bons, 5,6% excelentes e 2,85 ruim. Já referente a pergunta do que mais sentiam falta no Curso de Direito, a integração ou questões que a envolve se sobressaíram como as mais citadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos dados sobre a condição estudantil na Faculdade de Direito, pressupõe-se por meio desses, que uma quantidade considerável de alunos sofrem limitações adversas, seja na sua disponibilidade de tempo ou na realidade vivenciada no subjetivo de cada um. Logo explicitam de certa forma carências, quais

demonstram nesse viés a necessidade da atuação da monitoria visando adaptação de horários em turnos com a maior possibilidade de participação.

O baixo índice de retorno do questionário, efetuado após entrar em contatos com alunos, convém relacionar com a falta de interesse de muitos pela monitoria, levando em consideração, talvez, o não encontro de dificuldades com o conteúdo. Todavia com o auxílio do questionário foi possível lapidar os obstáculos encontrados pelos alunos, assim percebeu-se que as dificuldades confrontadas pelos alunos se concentram na aplicação e compreensão dos textos trabalhados na matérias, havendo inseguranças quanto a como os textos poderiam ser cobrados nas avaliações, destacando-se respostas, quanto as suas dúvidas encontradas, como: “Eu estou perdido, leio os textos, mas não entendo como podem ser contados em questões..”. Como também, algumas respostas relataram a necessidade conversar e ser orientado sobre o assunto estudado, por essa razão, a disponibilidade via grupo de *Whatsapp* dos fichamentos e anotações acerca dos textos trabalhados é um meio de usufruir do tipo de material mais acessado de estudo, auxiliando no delineamento do texto para aqueles que se sentem perdidos ou inseguros.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64

COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador: Edufba, 2008.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. Pro-Posições, Campinas, v. 27, n. 1 (79), p. 133–153, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607908>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resolução nº 32, de 11 de outubro de 2018. Aprova as Normas para o Programa de Monitoria para Alunos de Graduação da UFPel. Pelotas: UFPel, 2018. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2018/10/SEI_UFPel-0312781-Resolu%C3%A7%C3%A3o-32.2018.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.